

SOBRE OBJETOS, PESSOAS E DOCUMENTOS: a construção participativa do acervo arqueológico do Museu de Arqueologia de Itaipu

Bárbara Deslandes Primo^{*}

Fernando Jose Cantele^{**}

Michelle Mayumi Tizuka^{***}

Mirela Leite de Araujo^{****}

Introdução

O objetivo desse artigo é demonstrar como, a partir do Inventário Participativo de Pessoas e Memórias, foi possível identificar diferentes relações dos moradores de Itaipu - bairro da Região Oceânica da cidade de Niterói/RJ - com o acervo arqueológico do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI). O acervo é proveniente dos sítios arqueológicos Duna Grande, Duna Pequena e Sambaqui Camboinhas e foi constituído, em sua maior parte, pela recolha espontânea de moradores do entorno e centralizado na figura de Hildo de Mello Ribeiro, antigo morador de Itaipu e agente federal de fiscalização da pesca. No entanto, até o presente momento, não havia nenhum registro sobre como as peças chegavam ao Museu e a documentação museológica não transparecia essa participação da comunidade na formação da coleção ou suas relações com o sítio.

Criado em 1977 dentro do território pesqueiro de Itaipu, foi somente a partir de 2010 que o MAI passou a desenvolver trabalhos sistemáticos com os moradores e pescadores tradicionais. Desde então, o Museu tem procurado realizações educativas e culturais

^{*} Museu de Arqueologia de Itaipu/Ibram, mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

^{**} Fercant&Yahto Consultoria Científica, especialista em Cultura Material e Arqueologia pela Universidade de Passo Fundo.

^{***} Universidade Federal Fluminense, doutoranda em Ciência da Computação.

^{****} Museu de Arqueologia de Itaipu/Ibram, mestre em Museologia pela Universidade de São Paulo.

que reflitam sobre a importância sociocultural da pesca e dos pescadores dessa região, bem como reconhecer o importante papel dessas pessoas na formação do acervo arqueológico e na preservação ambiental local. Esse novo discurso museológico está diretamente associado ao trabalho e consciência crítica das equipes do MAI, mas também à inevitabilidade de se posicionar diante das constantes ameaças que sofrem os moradores e todo o território, tanto no que diz respeito à especulação imobiliária, quanto à degradação ambiental e à destruição dos sítios arqueológicos. Nesse sentido, produzir um inventário participativo constituiu-se em uma oportunidade para discutir com os moradores e pescadores os diferentes sentidos atribuídos aos referenciais culturais desse território. Através da metodologia participativa foi possível, de forma horizontal e coletiva, dilatar e reorganizar os limites institucionais e as compreensões sobre o que é patrimônio, acervo, memória e cultura, principalmente, identificar os próprios moradores como protagonistas na preservação da cultura e da arqueologia local.

Metodologia do Inventário Participativo de Pessoas e Memórias.

O Inventário Participativo teve como metodologia as técnicas investigativas da História Oral, a partir da realização de 40 entrevistas com moradores de Itaipu e demais bairros da Região Oceânica. A partir de uma primeira roda de conversa realizada com moradores do entorno, elaboramos a listagem dos nomes que comporiam esta primeira etapa de entrevistas. A partir dos critérios estabelecidos por eles, elencamos por ordem de prioridades os indicados, de modo a privilegiar os mais velhos. De uma extensa lista de mais de 80 nomes, fizemos um recorte de 40 selecionados, norteados pelo critério mencionado.

As entrevistas foram conduzidas por uma equipe - formada por duas técnicas do Museu, uma moradora responsável pela articulação comunitária e duas pesquisadoras, uma delas dedicada exclusivamente ao registro audiovisual do encontro - e balizadas por um roteiro semi-estruturado. Uma vez realizadas as entrevistas, passamos à etapa de tratamento deste material. Todos os áudios foram transcritos e revisados. A partir das transcrições, foram elaborados os textos que comporiam o livro sobre o Projeto, lançado em agosto de 2018¹, um documentário e filmes curtos de 15-20 minutos, que estarão disponibilizados no site institucional do MAI a partir da plataforma Tainacan².

¹ Publicação disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/livro_pem_dupla.pdf.

² O Tainacan é um software aberto e livre voltado para a gestão de acervos digitais.

O Museu de Arqueologia de Itaipu e a documentação museológica

O MAIé, desde 2009, uma unidade vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), mas teve sua criação e trajetória ligada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Museu iniciou suas atividades em 1977 dentro dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, tombados pelo IPHAN em 1955. A Coleção Hildo deMello Ribeiro constitui o núcleo inicial do acervo institucional, com cerca de mil artefatos. Não se sabe ao certo desde quando Hildo e os moradores locais recolhiam os vestígios, mas a constituição como coleção e acervo museológico se deu concomitantemente ao projeto de criação do Museu, durante as décadas de 1960 e 1970. Hildo era morador e agente federal de fiscalização da pesca e foi reconhecido pelo Iphan como arqueólogo-amador.

Dentro do escopo das ações realizadas a partir do Inventário Participativo, o Museu empreendeu, também, um processo de verificação e atualização da documentação referente ao acervo museológico. Para tanto, foram realizadas as ações de pesquisa, desenvolvimento e aplicação de um novo formato para a documentação do acervo museológico, verificação dos inventários anteriores, higienização, pesagem e fotografia digital do acervo, tratamento das imagens, preenchimento das fichas catalográficas digitais e disponibilização na plataforma Tainacan. A nova ficha catalográfica seguiu a Normativa nº 02 de 2014 do Instituto Brasileiro de Museus³ e teve como referência a ficha desenvolvida pelo Prof. Dr. Lucio Tadeu Mota, coordenador do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), elaborada em 2013 para registro dos acervos arqueológicos e que tem sido utilizada em diversos projetos no âmbito de gestão e conservação de acervos arqueológicos (Fercant, 2019a, 2019b, 2019c, 2017, 2016).

Cientes de que o pleito pelo tombamento das Ruínas, bem como a sistemática coleta de vestígios arqueológicos que deram origem ao Museu de Arqueologia de Itaipu, foi empreendido por moradores de Itaipu, enfatizamos a importância que essas coleções possuem para os próprios, bem como para os campos do Patrimônio, Arqueologia, Museologia e História. Assim, através da ação de documentação do acervo arqueológico, buscamos as ferramentas mais adequadas de preservação e divulgação desse acervo junto à comunidade. A revisão e a readequação desta documentação propostas na

³BRASIL. Resolução Normativa nº 02, de 29 de agosto de 2014. Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 01 set. 2014.

execução do Inventário Participativo procuraram atender também as demandas por uma intervenção ativa no que tange, principalmente, a proteção da Duna Grande, uma vez que tal iniciativa poderia auxiliar demais ações de salvaguarda e pesquisa.

Sobre o Inventário Participativo e as relações afetivas com o sítio arqueológico

Diferentemente da gestão da memória e do registro dos feitos protagonizados pelo Estado e pelas elites em museus, bibliotecas e arquivos, nas comunidades tradicionais, as memórias, histórias e saberes são transmitidos de forma oral, especialmente pelos mais velhos. Nas comunidades tradicionais de Itaipu e da Região Oceânica não é diferente. Os saberes da pesca artesanal, os acontecimentos emblemáticos para a população que vive aqui, a sua organização social, formas de morar, brincar, comer, vestir não estão registradas em documentos, livros ou objetos em museus. O inventário participativo se revelou como uma ferramenta eficaz a viabilizar a construção coletiva e horizontal de debates sobre as temáticas concernentes à memória e ao patrimônio problematizados a partir das relações humanas com o território, com o meio ambiente e com as formas de vida locais. No caso específico de Itaipu, haja vista a organização pretérita e a existência secular desta comunidade, não há como dissociá-la do posterior surgimento e consolidação do Museu em meio a este espaço. Seja no pleito pelo tombamento do prédio histórico onde ele se situa, seja pelo protagonismo e iniciativa na recolha dos artefatos, a história do MAI confunde-se a trajetória deste território e das pessoas que o habitam. O conjunto documental referente ao Museu que se encontra no Arquivo Noronha Santos/IPHAN guarda uma série de testemunhos deste protagonismo dos moradores em demandar, junto aos órgãos responsáveis, proteção e preservação para o que eles consideravam ser um espaço historicamente relevante. O anseio pela apropriação comunitária do espaço e pelo uso cotidiano do local daria lugar a uma relação conflituosa entre os moradores e o IPHAN, doravante agente presente na consolidação de um museu neste espaço. O que fora lugar de moradia, de guarda de embarcações e petrechos de pesca, de sociabilidade passaria a ser local restrito, com regras de uso e controle de entrada. Indubitavelmente, este cisma deixaria marcas indeléveis na relação que seria construída entre o Museu e a comunidade do seu entorno. De um espaço de convívio e uso, as Ruínas passaram a ser um espaço de um discurso pouco inteligível e descolado da realidade local. Estas questões, que marcam a trajetória do MAI neste território, são, também, as razões que justificam a escolha da realização de um Inventário Participativo, uma vez que a metodologia da ação implica na

reflexão dialógica do que deve ou não ser considerado patrimônio e cultura.

A partir do Inventário Participativo diversas categorias de informação puderam ser identificadas. As festas, as parteiras e rezadeiras, as comidas, uma toponímia própria, as diferentes artes de pesca, fauna e flora são alguns desses elementos que podem ser analisados. Diante dos muitos recortes possíveis, selecionamos aqui alguns daqueles que dizem respeito à relação com o sítio arqueológico Duna Grande, com os vestígios encontrados e as diferentes compreensões de sua importância. O sítio arqueológico se localiza em uma região plena de recursos naturais, sob a área de proteção ambiental do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET): localizado sob duna eólica de mais de 20m de altura, contígua à Praia de Itaipu e Laguna de Itaipu é uma área que abraça o mar, o manguezal, a restinga e a Mata Atlântica. Desde 1987 é reconhecida pelo IPHAN como monumento símbolo da arqueologia pré-histórica brasileira, devido ao seu potencial científico, simbólico e didático.

As relações construídas com esse território são anteriores à Duna ser reconhecida como um monumento e refletem diretamente o uso extrativista desses recursos naturais. As memórias e os significados atribuídos a este espaço são revisitados, seja no seu aspecto paisagístico, seja como espaço de afetos e lembranças dos usos sociais, especialmente para lazer. É importante ressaltar que as crianças em Itaipu, especialmente os meninos, iniciavam o trabalho na pesca muito cedo, por volta dos 7-9 anos de idade. Embora a Praia de Itaipu seja um local de lazer, ela remete imediatamente ao trabalho e à vida na pesca. Já a Duna Grande – chamada pelos moradores de “Morro da Peça” – é frequentemente lembrada como espaço lúdico, onde era possível brincar de “polícia e ladrão”, “pique-esconde”, comer pitangas e escorregar nas areias até a Lagoa.

(...) quando criança era o tempo todo igreja, museu, rua, a duna, andorinhas; a duna, como eu falei, chamava de “Morro da Peça”, a gente brincava de catar as coisas, não tínhamos a consciência de que era um museu, um sítio arqueológico, um sambaqui. Não tínhamos essa noção, criança, né?”⁴

(...) É Morro da Peça por causas das peças que tinham lá, resto de peixe, então tinham umas coisas lá que achavam que era dente, que era dente de índio, achávamos que era de índio, porque na verdade é de antes, né? Então, Morro da Peça, veio dos antigos e a gente continuou até hoje, até hoje eu chamo Morro da Peça.”⁵

Outro elemento recorrente nas entrevistas sobre os aspectos físicos da Duna Grande são

⁴Entrevista de Leandro Augusto da Silva concedida em 14/07/2017 no âmbito do Projeto Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Acervo arquivístico do Museu de Arqueologia de Itaipu.

⁵ Idem.

as menções à considerável diminuição da sua altura. Essa diminuição se dá, durante as décadas de 1960 e 1970, pela retirada da areia pelas construtoras que atuavam na região. Apesar de também sofrer com as intempéries – o vento e a chuva constantes que movem a areia - a degradação da área é intensificada pelo desmatamento da restinga e do manguezal, intervenções urbanas e usos irregulares, como estacionamento e área de passeio. Atualmente, a Duna está cercada e é fiscalizada pelo PESET, o que, de alguma forma, controla, minimamente, essa situação. Nos relatos dos moradores também é possível identificar que a maioria deles estava ciente de que ali se encontravam vestígios arqueológicos: ossos, conchas, lasca de quartzo. A recolha dos vestígios tornou-se, também, um momento de diversão e aventura. Érika e outros moradores se referem à Duna como parte de um grande “quintal”, onde as crianças eram livres para inventar brincadeiras, mas também responsáveis por cuidados e manutenção, como recolher o lixo.

Embora não esteja claro para todos, até hoje, a origem dos objetos encontrados – são vários os relatos que os compreendem como “coisas de índio” – a importância dos achados era reconhecida. Desta forma, todos colaboravam para sua recolha e entrega aos que consideravam responsáveis por aqueles bens, neste caso, o próprio Museu ou o Hildo, tido pela comunidade como a pessoa que centralizava esses achados.

(...) museu era nosso quintal (...) a Duna também era uma área liberada, também fazia parte do quintal de casa. A gente ia lá pegava ossos, achava muitas coisas antigas e coisas que não eram tão antigas assim, a gente achava tudo o máximo, achava que aquilo tinha uma importância incrível pra vida gente. A gente sempre pegava as coisas, primeiro mostrava em casa e depois trazia para o Museu, aqui no Museu a gente sabia a importância real daquilo se aquilo realmente fazia parte da história ou não, mas primeiro a gente levava pra todo mundo ver e saber que gente que achou.⁶

Nos relatos coletados, a figura do “Seu” Hildo emerge permeada por contradições: apesar de ser identificado pelos moradores como a pessoa que se preocupava com a coleta dos vestígios de forma sistemática, para alguns apresentava certa truculência nesta recolha, enquanto, para outros, parecia “inventar” estes achados em busca de reconhecimento. No entanto, um dos relatos mais enfáticos sobre o processo de coleta e entrega destes objetos para o Museu concerne ao não reconhecimento - na documentação museológica e nas exposições - da participação de outras pessoas da região nesses achados, exprimindo um certo ressentimento pelo reconhecimento, apenas, da figura de Hildo quando essa era uma prática comum a todos os moradores.

⁶ Idem.

(...) antigamente o que que acontecia é que (...) o interventor da colônia da época, tudo o que a gente encontrava e doava ficava em nome dele. Aí uma vez fui numa exposição no museu lá no Rio e vi que estava tudo em nome dele, tudo o que tinha achado, eu fiquei muito mal, nunca mais trouxe nada para o museu e nunca mais fui procurar, fiquei muito mal. (...) porque eu via isso aqui como fosse o lugar de ter história da comunidade, não só da comunidade, mas uma história local que contasse como isso aqui começou, a gente não tinha acesso e não tinha os méritos de trazer nossa história pra cá e isso afastou a gente por muito tempo.⁷

Todos os moradores de Itaipu se referem à Duna Grandede forma bastante emotiva e nostálgica. Refletem sobre a falta de espaços reservados para o lazer, enaltecendo a segurança e liberdade que esses locais proporcionavam para todos especialmente para as crianças. Além do lazer, são frequentes as lembranças sobre a exuberância e generosidade da restinga, com flora e alimentos que só se encontram ali, como a pitanga preta e o coquinho da restinga. São pessoas conscientes de que a existência do sítio arqueológico, do Museu e dos espaços tombados da região são barreiras para a especulação imobiliária e para os constantes ataques e remoções que sofrem, na mesma medida em que refletem sobre a falta de diálogo com as instituições do Estado que atuam na região. Dentre as diversas informações e análises possíveis desses relatos, é possível afirmar que a preservação do sítio arqueológico passa por reconhecer o importante papel que ele possui para as sociedades contemporâneas e como as comunidades tradicionais atuam para sua proteção. Nesse sentido, é necessário discutir publicamente os seus significados, as suas possibilidades de uso e formas de preservação.

Resultados e discussões

O Inventário Participativo de Pessoas e memórias buscou construir de forma coletiva um olhar integral para os diferentes patrimônios e acervos. Para isso, foram realizados, no escopo do Projeto, o tratamento documental de todo o acervo museológico; o registro e tratamento audiovisual de quarenta entrevistas com membros da comunidade local; a produção de um livro e um documentário sobre suas histórias de vida; a elaboração do primeiro site⁸ do Museu de Arqueologia de Itaipu e a disponibilização de todo esse acervo através da plataforma Tainacan. Mesmo diante de tantos produtos e da ciência de que a partir da execução do Inventário Participativo muitas questões que diziam respeito à

⁷Entrevista de Érika Gonçalves de Souza concedida em 10/08/2017 no âmbito do Projeto Inventário Participativo de Pessoas e Memórias. Acervo arquivístico do Museu de Arqueologia de Itaipu.

⁸<https://museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br/>

documentação, comunicação e gestão da informação foram sanadas certamente o resultado mais importante não poderia ser medido ou aferido em números. A essência deste projeto tange o estabelecimento de laços de afeto e confiança entre a instituição e a comunidade, assim como a consolidação de entendimentos comuns sobre as responsabilidades para preservação e manutenção dos acervos, das memórias e dos saberes. O trabalho realizado até aqui representa um importante passo para o tratamento dos acervos e aproximação do MAI com a comunidade do seu entorno, mas estamos cientes de que muitas etapas ainda precisam ser realizadas. A partir das ações empreendidas, foram encontrados problemas na documentação do acervo museológico, especialmente no que diz respeito a sua notação, numeração e marcação. A elaboração de uma política de acervo é premente e precisa abordar tanto os acervos físicos como os digitais, especialmente no que tange a segurança e acesso. A documentação dos acervos precisa estar comprometida em refletir este alinhamento do fazer museológico com as comunidades locais, respeitando seus conhecimentos sobre o território como fonte de informação e parte da memória que precisa ser registrada. Outra possibilidade de estreitamento de laços entre este fazer museológico documental e a comunidade é vislumbrada a partir da coleção fotográfica Ruy Lopes.⁹ A correta identificação e indexação das imagens que compõem esta coleção só poderão ser feitas com a participação dos moradores, detentores das memórias e do conhecimento sobre as pessoas e lugares fotografados.

É importante registrar que, a partir dos relatos, podemos refletir sobre o trabalho educativo realizado tanto pelo Museu de Arqueologia de Itaipu quanto pelo Parque Estadual da Serra da Tiriricae sobre a necessidade de ações educativas mais sistemáticas voltadas para diferentes públicos, de maneira a aliar os conhecimentos tradicionais da comunidade de Itaipu com o conhecimento científico produzido pela Arqueologia. Para além de questões preservacionistas, compreendemos que registrar os afetos e vivências no sítio arqueológico Duna Grande é, também, lançar um olhar para esse espaço e as memórias que ele carrega, aproximando a sua importância científica da sua relevância afetiva.

Referências

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU. *Plano Museológico do Museu de Arqueologia de Itaipu*. 2011-2104.

⁹Coleção de 532 imagens doadas pelo fotógrafo Ruy Lopes ao Museu de Arqueologia de Itaipu. Compreende registros feitos das paisagens e moradores de Itaipu ao longo das décadas de 1960 e 1970.

FERCANT E YAHTO CONSULTORIA CIENTÍFICA. *Projeto de Gestão de Acervos arqueológicos em museus dos municípios abrangidos pela Linha de Transmissão de Foz do Iguaçu* - Cascavel, estado do Paraná. Programa 1 - Fase 4 (Execução de necessidades). Quitandinha, Paraná, 2019. 98p.

FERCANT E YAHTO CONSULTORIA CIENTÍFICA. *Projeto de Mapeamento, Diagnóstico e Levantamento de necessidades de instituições de pesquisa e museus, nos municípios abrangidos pela Linha de Transmissão Curitiba – Bateias, estado do Paraná*. Programa 2 (Fases 1, 2 e 3) e Programa 3. Quitandinha, Paraná, 2019. 557p.

FERCANT ARKHAIOS. Projeto: Pesquisa sobre patrimônio Cultural, material e imaterial e inventário de acervos arqueológicos de instituições e museus dos municípios impactados pela Linha de transmissão 230 kV Londrina-Maringá, estado do Paraná. *Relatório Final*. Quitandinha, Paraná, 2016.

FERCANT ARKHAIOS. Projeto: Inventário e curadoria da coleção arqueológica Benedito Alves de Almeida do Museu Histórico de Santo Inácio, estado do Paraná. *Relatório Final*. Quitandinha, Paraná, 2017.

KNEIP, L. M. Coleção Hildo de Mello Ribeiro. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1978. Documentos de trabalho nº3: Série arqueologia. Rio de Janeiro: Depto. de Antropologia – MN/UFRJ, 1995.

KNEIP, L.M.; PALESTRINI, L.; CUNHA, F.L.S. *Pesquisas arqueológicas no litoral de Itaipu, Niterói*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1981.